

Cultura de Consumo e Construção Social da Identidade no Espaço Escolar

Fáguida Eller Sippe

Jéssica Dias dos Santos

Suellen Cristina Alves de Araújo

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Eraldo Carlos Batista

Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT

Resumo: Esse ensaio discute a intensa imbricação entre escola e cultura de consumo tomando esta articulação como um aspecto central na construção social da identidade do aluno. Será analisado como o espaço escolar produz e reproduz desigualdades sociais operadas pelos sistemas simbólicos de que dispõe na construção da identidade social do aluno a partir de interações mediadas nas relações deste com os outros. Discute-se ainda o quanto a cultura de consumo na instituição escolar modela e diferencia os indivíduos de acordo com a identidade do grupo social a que pertencem. Ainda problematiza a contribuição da escola e do professor no processo legitimador das diferenças sociais e econômicas e as implicações desses fatores na construção social da identidade dos educandos.

Palavras-Chave: Identidade social. Cultura de consumo. Escola.

Consumer Culture and Social Construction of Identity in the School Space

Abstract: This essay discusses the intense overlap between school and consumer culture, taking this articulation as a central aspect in the social construction of the student's identity. It will be analyzed how the school space produces and reproduces social inequalities operated by the symbolic systems it has in the construction of the student's social identity based on mediated interactions in the student's relations with others. It is also discussed how the consumer culture in the school institution shapes and differentiates individuals according to the identity of the social group to which they belong. It also questions the contribution of the school and the teacher in the process of legitimizing social and economic differences and the implications of these factors in the social construction of the students' identity.

Keywords: Social identity. Consumer culture. School.

Introdução

Iniciamos este ensaio com alguns questionamentos: como se constitui a identidade? O que se entende por identidade individual e identidade social? Há muito tempo pesquisadores tem se dedicado à compreensão da formação da identidade. Não é difícil encontrar, na literatura científica, textos cujo propósito é discutir, problematizar e classificar “as identidades”. O destaque anterior é proposital, pois o significado da palavra identidade é multivariado levando em consideração seus desdobramentos conceituais. Em uma busca rápida em bancos de dados e/ou obras especializadas sobre a temática, podemos encontrar a palavra identidade associada a várias categorias. Em outras palavras, a categoria identidade adjetiva-se num rol muito variável: identidade étnica, identidade de gênero, identidade juvenil, identidade do idoso, identidade social urbana, identidade de classe, etc. (Jacques, 2007).

De forma igual, são múltiplas as disciplinas que buscam explicar a formação identitária do sujeito. Desse modo concordamos com Berger e Luckmann (2007, p. 230), de que “qualquer teorização sobre a identidade – e sobre os tipos específicos de identidade – tem, portanto, de fazer-se no quadro das interpretações teóricas em que são localizadas”. Nesse sentido, o texto ora apresentado sustenta-se sob as perspectivas teóricas sociológica (Bauman, 2005; Berger & Luckmann, 2007, Hall, 2015; Woodward, 2014; Silva, 2014) e psicológica (Tajfel, 1979, 1981, 1982; Jacques, 2007; Ciampa, 2014; Deschamps & Moliner, 2009). Acrescenta-se ainda que em ambas disciplinas existem vertentes que se opõem quanto a formação da identidade, porém em congruência com a mesma base epistemológica. Isso se deve ao fato de que as teorias sobre a identidade são sempre incluídas em teorias mais amplas e encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade (Berger & Luckmann, 2007). Para Jacques (2007), essa diversidade terminológica expressa a diversidade teórico-metodológica dos autores ao abordarem o tema, refletindo certa dificuldade de exprimir conceitualmente sua complexidade.

Contudo, o que está no centro de todas discussões que dizem respeito a identidade é a necessidade de desvendar o “eu”. Pois a pergunta “quem é” por vezes desponta no cotidiano embaralhando os pensamentos, fazendo com que a indagação seja respondida superficialmente, e permanece com a resposta indefinida (Jacques, 2007). No entanto vale considerar o fato de que todo processo de formação da identidade pessoal tem uma natureza social,

produzida por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes (Woodward, 2014). Nesse sentido, recorremos as explicações da psicologia social, a qual nos parece bem esclarecedora:

Quando se refere ao conceito identidade, os autores empregam expressões distintas como imagem, representações e conceitos de si; em geral, referem-se a conteúdos como conjunto de traços, de imagens, de sentimentos que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio. A identidade pode ser representada pelo pronome eu ou por predicações como àquelas referentes ao papel social. No entanto, a representação de si através da qual é possível apreender a identidade é sempre a representação de um objeto ausente (o si mesmo). Sob esse ponto de vista a identidade se refere a um conjunto de representações que responde a pergunta ‘quem é’.(Jacques, 2007, p. 161).

A resposta para tal pergunta, muitas vezes, começa a ser desvelada no espaço escolar onde a pluralidade cultural é o elemento fundamental na construção da identidade. Esse processo se dá através da apropriação de diversas fontes de informação e de experiências sociais que se confrontam com as da cultura escolar.

A partir desses pressupostos esse estudo se justifica pela compreensão do espaço escolar e da cultura de consumo como elementos importantes na formação da identidade social do aluno. Considerando que neste contexto a identidade do aluno como determinada, se configura, ao mesmo tempo, como determinante. E o aluno como ator principal do espaço escolar tem um papel ativo na construção deste contexto a partir de sua inserção, quer na sua apropriação. Dessa forma é possível compreender a identidade pessoal como ao mesmo tempo identidade social, (Jacques, 2007). Uma vez que, o espaço escolar configura-se como um meio social permeado de situações que remetem as condições socioculturais e econômica dos educandos, acarretando em mutações extremas e distintas na identidade desses sujeitos.

Dante do exposto, esse estudo tem por objetivo analisar os elementos presentes no espaço escolar que contribuem para a construção social da identidade do aluno.

A construção da identidade social: contribuições teóricas

Como já foi mencionado o conceito de identidade é muito abrangente e tem sido alvo de algumas controvérsias na sua definição. Ao buscarmos a

compreensão do construto conceitual de identidade, nos deparamos com a primeira questão a ser esclarecida: a dicotomia identidade individual ou pessoal versus identidade social ou coletiva. A primeira, é considerada identidade pessoal os atributos específicos do indivíduo. A segunda remete a “um sentimento de semelhança entre as pessoas de mesma pertença, enquanto a identidade pessoal remete a sentimento de diferença em relação aos outros” (Deschamps & Moliner, 2009, p. 27).

A identidade social possui atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias; esta última, recebe predicativos específicos como identidade étnica, religiosa, profissional, etc. (Jacques, 2007). Outra grande contribuição para o entendimento da construção da identidade social foi elaborada pelo psicólogo social polonês Henri Tajfel, um dos criadores da abordagem da identidade social¹. De acordo com Tajfel (1982), a abordagem da identidade social investiga os julgamentos, emoções e comportamentos que derivam da consciência que os indivíduos têm de que pertencem a certos grupos e de valorizarem essa pertença. De acordo com essa abordagem identidade social, comprehende: “aquelha parte do autoconceito do indivíduo que se deriva do reconhecimento de filiação a um (ou vários) grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor ligado àquela filiação” (Tajfel, 1981, p. 63).

Ao investigar a relação entre a representação de uma categoria social e o comportamento intergrupal Tajfel e seus pares desenvolveram o conceito da identidade social, o qual proporcionou as bases originais da Teoria da Identidade Social (TSI), que demonstra como a consciência sobre a pertença a um grupo e a sua valorização podem estar associadas a processos de favorecimento do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986). A TSI tem por base três características:

a) Categorização Social a qual o sujeito organiza o mundo social em categorias. Essa característica tem uma dimensão cognitiva ligada à necessidade que os sujeitos têm de lidar com o excesso de informação, arranjando forma de simplificar a realidade e ganhando informação adicional relativamente a cada elemento do grupo;

b) Identificação Social em que o sujeito inclui-se em algumas dessas categorias, aumentando a sua autoestima. Segundo os autores essa característica

tem uma dimensão motivacional mais ligada à necessidade dos sujeitos manterem uma autoestima positiva, com a inserção em grupos sociais;

c) Comparação Social a qual o sujeito compara o seu grupo com os outros grupos, também tem uma dimensão motivacional (Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986).

De outra maneira, a construção social da identidade se dá em meio ao convívio do sujeito em suas relações sociais. Ou seja, a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade, se tornando um elemento chave da realidade subjetiva. Formada por processos sociais e uma vez cristalizada a identidade é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais (Berger & Luckmann (2007)). Todavia, estamos em constante transformação, pois as características físicas, mentais, o meio de convívio e a sociedade em que estamos inseridos estão em permanente mudança. (Ciampa, 2014). Ou seja, a construção da identidade é um processo que o indivíduo atravessa constantemente transformações, e nunca será uma forma imutável. Pois, segundo a educadora Maria Vilani Cosme de Carvalho:

Devemos considerar, portanto, que tudo que constitui o indivíduo é da ordem do histórico, do social, e do cultural e, portanto, do mutável: a cultura, a história, os grupos sociais, as instituições sociais, os gostos, necessidades, interesses, expectativas, desejos, entre outros aspectos (Carvalho, 2006, p.18).

Dessa forma o pertencimento a um grupo garante ao indivíduo a definição da sua identidade social. Dentro da perspectiva da sociologia do conhecimento, Berger e Luckmann (2007) denominam esse movimento de socialização², o qual ocorre por meio de relações de exteriorização, objetivação e de interiorização que o sujeito mantém, de forma dialética, com o mundo que o cerca. De acordo com os autores supracitados a socialização do indivíduo acontece em dois momentos, denominados por estes como: socialização primária e secundária.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. Ou seja, é o processo responsável pela inserção do indivíduo na sociedade. A socialização primária se dá no âmbito familiar, realizada por pessoas próximas que, ao

¹ A abordagem da identidade social é um modelo teórico abrangente que explica “fenômenos sociais e identitários, incluindo domínios como o gênero, coesão, facilitação social, liderança, estereótipos, e influência social” (Abrams & Hogg, 2004, p. 100)

² Socialização é definida como “[...] a ampla e consistente introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.” (Berger e Luckmann, 1976, p.175).

experimentarem seus próprios cotidianos, transmitem à criança, numa transferência direta de valores e conceitos (Berger & Luckmann, 2007). É aquela em que o indivíduo apropria-se das universalidades simbólicas que lhe são possíveis, como, por exemplo, os poucos papéis sociais que lhe são acessíveis nesse momento e com os quais passa automaticamente a se identificar e desenvolver sua identidade. Essa ideia nos remete a contribuição de Ciampa (2014) de que uma identidade nos aparece como conexão de vários personagens, conexão de igualdades e diferenças, constituindo, e constituída por uma história pessoal.

A socialização secundária é definida por Berger e Luckmann (2007, p. 175) como “[...] qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. É aquele onde acontece a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições. A dimensão e caráter destes, são, portanto, definidos pela complexidade de divisão do trabalho e a simultânea distribuição social do conhecimento. Ainda de acordo com os mesmos autores a socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos de funções. De fato, esse tipo de socialização é relevante porque o indivíduo vive em uma estrutura social complexa na qual se faz necessário a obtenção do conhecimento, em especial daquele que é relativo ao desempenho de funções específicas (Carvalho, 2006).

É interessante ressaltar que é na socialização secundária que a escola entra na vida do indivíduo como instituição. Local onde o acervo de conhecimento será ampliado e as relações com os indivíduos serão mais intensas do que na socialização primária, acarretando na transformação da identidade. Em outras palavras, a identidade não é inata, mas se manifesta a partir da socialização do “eu” com o “outro”, da confluência da socialização primária e secundária com a individualidade é que se dá a construção da identidade do indivíduo. Como afirma Carvalho (2006), a identidade vai se moldando, ela não é algo absoluto e sim em constante processo, pois a socialização nunca se conclui; é um processo contínuo que tende a admitir condições mais complexas e dar o tom do “eu” que será construído na vida adulta.

Espaço escolar: as classes sociais e os seus efeitos na formação da identidade

No espaço escolar, assim como em qualquer outro lugar, a linguagem está presente como mediação comunicativa entre os seres humanos. Ela é uma condição *sine qua non* para o processo de socialização, logo, interfere na formação identitária. Resultado de um processo histórico coletivo, a linguagem representa uma visão de mundo, decorrente das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência da coletividade social. A partir dessa relação linguística entre os sujeitos a identidade se molda na instituição escolar (Lane, 2012). Assim, a identidade ou “as identidades” adquirem sentidos por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos³ pelos quais elas são representadas (Woodward, 2014).

Considerando o conceito de socialização primária e secundária proposto por Berger e Luckmann (2007) podemos afirmar que a escola é uma das instituições que se apresenta na socialização secundária do indivíduo. Pois, no espaço escolar ocorrem encontros de indivíduos provenientes de famílias com as mais diferentes características culturais, econômicas e sociais, no qual acontecem as mais diversas relações, contribuindo para construção e reconstrução da identidade a cada momento vivido neste ambiente (Carvalho, 2006).

Vale lembrar que continuamente a criança vive em um processo de socialização por meio do qual a sua gênese social de classe determina sua condição de ser (Miranda, 2012). Contudo, tal circunstância de socialização secundária - na escola, acarretará em mudanças na sua identidade. Como afirma Ciampa (2014) a identidade é a conexão de vários personagens, conexão de igualdades e diferenças, formando e formada por uma história pessoal. Destarte, na escola acontece essa conexão, pois personagens e personalidades, igualdades e diferenças que constituem histórias pessoais deparam-se neste âmbito, e continuam a constituir histórias pessoais, ou as identidades.

Um exemplo decorrente dessa conjuntura se diz respeito à desigualdade social que permeia a instituição escolar. É notório que crianças vindas de realidades socioeconômicas diferentes não possuem o mesmo Capital Cultural⁴. Da mesma forma não terão

³ Os sistemas simbólicos funcionam como elementos mediadores, que permitem a comunicação entre indivíduos, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante.

⁴ Por capital cultural compreende-se os ativos sociais de uma pessoa (educação, intelecto, estilo de discurso, estilo de vestuário, etc.) que promovem a mobilidade social em uma sociedade estratificada.

o mesmo rendimento no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Isso se deve ao fato de que o capital cultural do indivíduo é resultante dos meios e possibilidades que o seio familiar promove. Nesse sentido, crianças pertencentes às classes menos favorecidas não possuem os meios que concedem suporte para o processo de desenvolvimento e aprendizagem escolar. Portanto, o capital cultural recebido pela criança, seja ela oriunda de uma dessas longínquas e distintas classes: burguesa e proletária, também acarretará como fator construtivo desse intenso e complexo processo de formação identitária (Bourdieu, 2013).

Outro fator relevante que merece ser refletido é a construção social da identidade associada à dificuldade de aprendizagem do aluno com pouco capital cultural. Muitas vezes os modelos e imagens que os professores constroem e reproduzem sobre alunos pertencentes às classes menos favorecidas estão associados ao seu baixo rendimento acadêmico. Considerando que qualquer predicação é predicação de uma ação anterior, genericamente de uma presentificação do ser, esses professores concebem o que chama de “identidade pressuposta”, ao utilizar o predicado de “pobre”, logo, “ignorante”, presente na identificação dos alunos periféricos (Ciampa, 2014).

Dessa forma, as diferenças educacionais e sociais que são produzidas e reproduzidas no interior da escola são produtos de sistemas simbólicos que fornecem novas formas de dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados (Woodward, 2014). Isso nos leva a questionar o papel da escola e do professor na garantia da qualidade de educação oferecida às crianças de diferentes classes sociais. O que parece é que a escola não está preparada, uma vez que ela reproduz as ideologias da classe dominante, logo, o professor, como membro dessa instituição também é um reproduutor dessas ideologias. Assim, o sistema escolar legitima e perpetua a ordem social ao converter as hierarquias sociais em hierarquias escolares (Bourdieu, 2013). Consequentemente, nas palavras do mesmo autor, ao passo que o sistema de ensino ajusta o êxito na aprendizagem ao capital cultural do aluno, o produto do trabalho pedagógico reproduzirá a hierarquia das frações distribuídas no mercado escolar segundo a importância de seu capital cultural.

Todavia, defendemos que a prática pedagógica para melhor aprendizagem e interferência positiva na identidade no educando, deveria ser de acordo com as características e as necessidades de cada aluno, de forma que os contextos educacionais permitam atender as especificidades de todos. De outra forma, a ação do sistema escolar não é só excludente e

desigual quando transmite apenas conhecimentos que são familiares aos indivíduos que já são dotados previamente de capital cultural, mas desenvolve, também, a disparidade em relação ao êxito, pois ela tende a duplicar e consagrar por meio de suas sanções as desigualdades iniciais (Bourdieu, 2013). Nesse sentido a escola se configura como legitimadora das diferenças de classe. Uma vez que deixa de trabalhar em sala de aula, de forma interdisciplinar, a diferença de meios de aprendizagem de cada classe unindo crianças em grupos de estudos proporcionando a troca de saberes. E assim, a instituição e os professores servem-se dessa desigualdade para aumentar a competitividade e classificar os alunos nos que aprende mais com o que são “atrasados”, sem levar em conta que há todo um contexto social que influencia na aprendizagem e, sobretudo na construção da identidade social do aluno.

Jacques (2007) explica bem essa questão da socialização do indivíduo com as demais pessoas e classes sociais. Segundo a autora, a pluralidade humana tem o duplo aspecto de igualdade e diferença, é a pluralidade que implica na unicidade. O indivíduo vai se igualando por totalidades conforme os vários grupos em que se insere (brasileiros ou estrangeiros, homens ou mulheres, etc.). Ao mesmo tempo que o indivíduo se representa semelhante ao outro a partir de sua pertença a grupos e/ou categorias, percebe sua unicidade a partir de sua diferença. Pode-se afirmar que ele começa a reconhecer sua identidade.

Por exemplo, na escola o aluno é inserido em um ambiente de pluralidades, ao fazer parte um grupo maior (grupo de alunos da escola) e de subgrupos (primeiro, do subgrupo de alunos que estudam na mesma sala de aula, e em seguida, do subgrupo de alunos dentro da sala de aula, que se unem por afinidade). Deschamps e Moliner (2009) defendem que é por meio da pertença aos grupos que o indivíduo adquire uma identidade social que determina o lugar particular que ele ocupa na sociedade. E nessa pluralidade dos grupos e subgrupos, o indivíduo percebe que é diferente das pessoas, identificando sua unicidade a partir dessa diferença.

Assim, o indivíduo percebe as diferenças e semelhanças de personalidade e também sócio econômicas dele em relação ao outro. E dentro dos grupos e subgrupos, nas semelhanças e diferenças sociais e econômicas, ele acaba identificando o seu lugar na sociedade e a pertença a uma determinada classe social. A partir disso, o indivíduo nota alguns aspectos da sua identidade, que ao longo de sua vida escolar sofre mudanças ao se relacionar com o outro do seu grupo e dos outros grupos. Nesse caso, Deschamps e Moliner (2009) explica que ao se

identificar socialmente por meio da semelhança aos outros, o “eles” se torna “nós”.

De outra maneira, no período em que o aluno permanece na escola, ele é influenciado pelo comportamento social dos colegas, do corpo docente e da própria instituição. Nesse sentido, a escola funcionaria como fio condutor que une, orienta e exibe todo um acervo de referências no que tange a construção da identidade do indivíduo (Bauman, 2005). Segundo o mesmo autor, para além das instituições, as escolas são corpos sociais de vida e de destino, cujos membros vivem juntos e numa ligação absoluta.

No entanto, a identidade construída nesse âmbito depende de alguns aspectos como, por exemplo, a classe social e o bairro em que a escola e os alunos se encontram inseridos. Exemplificando, podemos dizer que a construção social da identidade do aluno que mora e estuda numa escola de bairro periférico difere daquele que mora e estuda numa escola localizada em bairros que concentram a maioria das famílias de maior poder aquisitivo da cidade. No entanto, estando num ambiente em que todos pertencem a mesma classe, o educando sente-se mais adaptado, pois encontra nos outros a identificação do igual. Isso se deve ao fato de que o aluno atua dinamicamente no desempenho da construção da sua identidade. Como explica Stuart Hall:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. (2015, p.13).

Em contraposição ao que foi postulado, lembramos que o aluno que se encontra em meio a diferentes classes sente-se incomodado, pois percebe que o outro não faz parte da sua realidade socioeconômica. Acontece que os alunos pertencentes a classes sociais menos favorecidas se sentem inferiores aos outros, pois chegam a escola sem o capital cultural daqueles privilegiados financeira e culturalmente, já que os primeiros não conseguem entender os conteúdos com clareza (Bourdieu, 2013). Destarte, a classe inferior é prejudicada e seu processo de aprendizagem entra em defasagem, pois:

Há um descompasso entre a realidade vivida dos alunos e a representação social que a escola faz sobre a construção de suas identidades. A escola, enquanto uma instituição social, pode impor, ou constranger de modo legítimo, aos diversos grupos sociais nela presentes, os valores, atitudes e comportamento da cultura que se afirma como hegemônica, num jogo de relações (des) articuladas entre o saber, a relação social e afirmação das identidades (Carvalho, 2012, p. 218).

Sendo a escola reprodutrora das ideologias dominantes, é seu papel inculcar no sujeito o que é visto como “melhor”, o que ele deve venerar e respeitar, e lhe impor duas alternativas: aceitar sua condição ou buscar êxito econômico-cultural por seu próprio esforço. Ocorre assim, que o educando volta-se, muitas vezes, para a negação da sua origem social, por sentir vergonha e perceber que está na classe inferior. São dois polos. Em um, estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades relativamente à própria vontade. No outro polo, se encontram os que não têm o direito de manifestar as preferências, e se veem oprimidos por identidades impostas por outros. Estas humilham e desumanizam, ao estereotipar e estigmatizar (Bauman, 2005).

Quando isso acontece, a identidade vai sendo formada e podemos dizer que ela vai se definindo em torno de três direções distintas: ou o indivíduo empenha-se na busca por ascensão socioeconômica; ou ele conforma-se com a situação de oprimido e alimenta o sentimento de insignificância; ou ainda, despreza o que é imposto e busca a valorização do seu meio de vida. É a hierarquia do poder. Ocorrem guerras pelo reconhecimento. Em uma das frentes, a identidade que o indivíduo poderá assumir, é a antiga, fundamentada no passado. Na outra frente, acontecem as pressões das outras identidades impostas (estereótipos, estigmas, rótulos) (Bauman, 2005).

Nessa direção Taifel afirma que a pertença a um determinado grupo não contribui para a constituição de uma identidade social positiva, a não ser que as características deste grupo possam ser comparadas favoravelmente às de outros grupos (Deschamps & Moliner, 2009). Ou seja, o sujeito que está posto na classe com menor poder aquisitivo avalia que esse grupo está em uma condição socioecononomicamente inferior, consequentemente ele também está nesta condição. Por outro lado, o indivíduo de uma classe alta também faz essa mesma avaliação, todavia, no aspecto socioeconômico e em outros aspectos que o poder socioeconômico favorece (saúde, educação, vida digna etc.), ele certifica que está posto em um grupo “superior”, logo Tajfel diria que sua identidade social é positiva.

No entanto, em seu papel de ser uma instituição neutra e laica, a escola acaba por falhar, ignorando que haja uma identificação e miscigenação de pessoas e classes em seu espaço. Ciampa (2014) afirma que a identidade muitas vezes é vista como se dada e não como se dando. Assim, a escola fica focada no propósito de intermediar o conhecimento universal para a formação intelectual do aluno, não levando em consideração que existem identidades se dando juntamente com esse processo de interação na construção acadêmica e social.

Neste sentido, se no espaço escolar não se trabalha essas diferenças, pode-se gerar conflitos de indivíduos com indivíduos e conflitos internos no indivíduo, em que uma criança que não se enquadre nesses estigmas possa entrar em uma crise de identidade, pois de acordo com a pertença a um grupo pode derivar da escolha da pessoa, mas também de exigência externa ou do acaso. O importante é a identificação de pertença. Importante para a pertença é o elemento motivacional da autoestima, que inicia, conserva, altera ou finaliza o processo de adesão ao grupo. Paiva (2007) afirma que a partir do momento que o sujeito é inserido na instituição escolar e identifica a pertença a um determinado grupo social, sua identidade social passará por processos de autoestima que iniciarão, manterão, modificarão ou terminarão sua adesão a um dado grupo.

A cultura de consumo, a escola e o professor: implicações desses elementos para a formação identitária

Além de reproduzir ideologicamente os conhecimentos acumulados pela classe que detém os meios de apropriação cultural, mantendo e até intensificando a diferenciação das camadas sociais, a escola apresenta outro gargalo quando se trata da cultura de consumo, pois nem todas as escolas oferecem um padrão de uniformes completos (camiseta, calça e calçado) e materiais escolares (caderno, bolsa, estojo etc). E a desigualdade socioeconômica entre as crianças, mais uma vez, se torna visível (Bourdieu, 2013).

Em outras palavras, a instituição escolar também faz parte de sociedade de consumo. E nesse espaço, nas palavras de Zygmunt Bauman o consumo também é mostrado a criança como:

[...] a marca do sucesso que conduz diretamente ao aplauso público e a fama. Eles (as crianças) também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana (Bauman, 1998,

p. 55-56).

Todavia, o consumo no espaço escolar, como em toda sociedade, é sedutor e direcionado a todos os que fazem parte desse contexto. Porém, a desigualdade social materializada através da divisão de classe se mostra como legitimadora do mais amplo e mais profundo hiato entre os que desejam, e podem satisfazer seus desejos e aqueles que foram seduzidos pelo consumo, mas se mostram impossibilitados de consumir. Em outras palavras, a escola como instituição formadora, é também propagadora de um modelo de conduta que articula cada vez mais com a cultura de consumo.

Por outro lado, essa condição cultural de consumo presente no espaço escolar também pode ser compreendida como condição da construção social do aluno. De forma mais clara, presença de dois grupos na escola distintos: os que tem acesso aos produtos de valor financeiro, como *iphones*, *tablets*, roupas de marcas, brinquedos de última geração, materiais escolares sofisticados, entre outros; e aqueles que apenas desejam, mas são impossibilitados revela a identidade do grupo social a que pertencem: ou pobres ou ricos. Nas palavras de Deschamps e Moliner (2009), a interação entre as pessoas e os grupos modela e diferencia os indivíduos. Em outras palavras, os bens de consumo, como qualquer outra espécie de cultura material, possibilita que as pessoas discriminem visualmente entre classes culturalmente especificadas, codificando essas categorias sob a forma de um conjunto de distinções materiais. Ou seja, as categorias ou classes são separadas pelas condições materiais e estas contendo elementos visíveis, mesmo na infância e adolescência já são perceptíveis aos olhos dos indivíduos (McCracken, 2007).

A preponderância dos processos de consumo nos dias de hoje, faz com que os sujeitos sejam guiados a identificar-se com coisas e objetos que os levam a discernir-se dos demais, como também a diferenciar e hierarquizar grupos sociais (Campos & Souza, 2003). No entanto, nesses mesmos processos pode ocorrer a estigmatização social, a qual também pode ser um fator negativo na construção social da identidade do indivíduo. De acordo com Goffman (1988) o conceito de identidade social remete-nos a estigmatização. A sociedade diz ao estigmatizado que ele é um membro do grupo mais amplo, mas também que ele é, até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença. Tal condição nos mostra que a identidade social deste grupo se constrói de forma relacional, ou seja, marcada pela diferença, “sou aquilo que não posso ser”. Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, onde a

diferença é sustentada pela exclusão (Woodward, 2014).

Se a cultura de consumo na escola marca negativamente do aluno impossibilitado de consumir, ela também favorece a discriminação e a exclusão desse mesmo indivíduo ou grupo a que pertence. Dessa maneira, a cultura de consumo no espaço escolar como representação de um sistema simbólico torna possível aquilo que essas crianças são e aquilo que podem se tornar. Como afirmam Campos e Souza (2003), a cultura do consumo molda o campo social, construindo, desde muito cedo, a experiência da criança e do adolescente que vai se consolidando em atitudes centradas no consumo.

Nesse sentido, a escola como espaço plural, com indivíduos de cultura e classes sociais distintas se configura em espaço em que os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar, falar e questionar sua identidade social dentro da sociedade de consumo. Em outras palavras:

[...] a representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem sou eu? O que poderia ser? Quem eu quero ser? (Woodward, 2014, p. 18).

Por outro lado, as representações do espaço escolar como cultura de consumo produzem práticas significação que envolvem relações de poder, incluindo poder para definir quem é incluído e quem é excluído (Woodward, 2014). Contudo, Bauman (2005) nos alerta que tanto o pertencimento quanto a identidade não têm a solidez de uma rocha, não garantido para a vida toda e que ambos são bastante negociáveis e revogáveis. No entanto, o autor afirma que ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

Sob outro entendimento podemos dizer que o não pertencimento à sociedade de consumo reflete nesses alunos a materialização da desigualdade social por meio do processo de exclusão. Nesse sentido, vale lembrar que a escola cada vez mais se configura como um dos lugares do desempenho consumista na sociedade de consumidores; mas também um lugar fértil para exclusão social. Como alerta Zygmunt Bauman:

Os lugares obtidos ou alocados no eixo da excelência/inépcia do desempenho consumista se transformam no principal fator de estratificação e no maior critério de inclusão e exclusão, assim como orientam a distribuição do apreço e do

estigma sociais, e também de fatias da atenção do público. A ‘sociedade de consumidores’, em outras palavras, representa um tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (Bauman, 2008, p. 70-71).

Para o autor, por toda a história humana, as atividades de consumo têm moldado as formas de vida e padrões de relações inter-humanas. Assim, a sociedade de consumidores “em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto à satisfação de necessidades, [...] mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes” (Bauman, 2008, p. 44). Por outro lado, o pertencimento à uma classe de baixo poder econômico e cultural ocasiona mudanças nos padrões de consumo desse grupo e influencia na construção das identidades, refletindo a perda sofrida pelos indivíduos do “sentido de si” (Hall, 2015; Woodward, 2014) e de suas referências sociais e até pessoais.

De outra forma a escola atua no fortalecimento da construção social da identidade marcada pela diferença por meio das suas operações de incluir e excluir o aluno quando este se reconhece não pelo que realmente é, mas sim por aquilo que não é ou que não pode ser. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (Silva, 2014, p. 82).

No entanto, as identidades construídas socialmente no espaço escolar são necessárias para que o aluno reconheça a sua pertença enquanto grupo social, no que diz respeito ao que ele tem em comum com os demais colegas, o que o diferencia dos outros, bem como o que ele gostaria de ser. Nas palavras de Deschamps e Moliner (2009), essas identidades são necessárias para o estabelecimento dos relacionamentos interpessoais.

Em suma podemos afirmar que o espaço escolar, assim como a sociedade em geral na contemporaneidade, como afirmam Campos e Souza (2003) tem-se caracterizado pelas relações de produção e de consumo permeando as interações

sociais, contribuindo para o surgimento de uma nova produção da subjetividade. De outra forma a identidade social do aluno vai se afirmando e transformando a partir das suas relações intersubjetivas influenciadas pela cultura do consumo exercidas sobre eles, dependendo daquilo que se pode ou que deseja consumir.

Considerações Finais

Neste ensaio tivemos a pretensão de discutir alguns elementos presentes no espaço escolar que se relacionam com a construção social da identidade do aluno. Entre estes elementos elegemos a cultura de consumo como uma das questões chaves para compreender os processos de desigualdades sociais que demarcam a identidade social dos alunos firmada na diferença entre o “nós” e o “eles” ou o “eu” e os “outros”. O estudo reafirma o postulado de que a construção da identidade social se dá, entre outros fatores, pelas vinculações do indivíduo em um sistema social a partir das interações do sujeito com diferentes grupos sociais. Entre esses encontra-se o grupo escolar, que assim como outros espaços, pode contribuir de forma positiva, mas também negativa para o processo de formação identitária do aluno.

De acordo com o referencial teórico investigado a construção social da identidade do indivíduo ganha força em dois momentos denominados: socialização primária e socialização secundária. A primeira ocorre nas interações do indivíduo com as pessoas mais próximas, por exemplo, os familiares. Já a socialização secundária é aquela que se dá em lugares onde a pessoa passa grande parte do início de uma vida. Na infância e na adolescência a escola é

protagonista na socialização secundária do indivíduo, consequentemente tudo o que ocorre nesse meio contribuirá para a construção social da identidade daqueles que compartilham este espaço.

Por ser um lugar marcado pela pluralidade cultural e socioeconômica, o espaço escolar, é marcado também pelas semelhanças e diferenças. No mesmo contexto pode-se encontrar alunos de periferia e aqueles que moram em bairros centralizados, da mesma forma alunos com boa apropriação de capital cultural interagem com alunos vindo de famílias com baixo nível educacional e social. Dessa maneira, a construção social da identidade desses indivíduos encontra-se em constante movimento e é atravessada por situações de convivência entre classes sociais.

Por outro lado, as diferenças socioeconômicas dos alunos refletem no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. E muitas vezes, a escola como reproduutora das desigualdades de classes acaba legitimando essas diferenças, através da estigmatização e rotulação do aluno que apresenta déficit no aprendizado. Além disso, a cultura de consumo presente na escola reafirma as relações de poder daqueles que desejam e podem consumir sobre aqueles que desejam, mas são impossibilitados de consumir.

Embora o texto possua limitações teóricas e epistemologias em detrimento à abrangência do assunto, espera-se que a análise aqui oferecida possa fornecer ao leitor subsídios para refletir sobre a construção da identidade social do aluno no espaço escolar. Além disso sirva de suporte teórico no campo da psicologia social e a educação na construção de estratégias de mudanças desse cenário.

Referências

- Abrams, D., & Hogg, M. A. (2004). Metatheory: Lessons from social identity research. *Personality & Social Psychology Review (Lawrence Erlbaum Associates)*, 8, 98-106.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. (2013). *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Berger, P. L., & Luckmann. (2007). *A construção social da realidade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, M. V. C. (2006). A categoria identidade desvelando o processo de construção do “eu”. In _____, *Temas em psicologia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 17-29.

- Carvalho, M. G. (2012). A construção das identidades no espaço escolar. *Reflexão e Ação*, 20(1), 209-227.
- Campos, C. C. G. D., & Souza, S. J. (2003). Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. *Psicologia: ciência e profissão*, 23(1), 12-21.
- Ciampa, A. C. (2014). *A estória de Severino e história de Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Hall, S. (2016). *Identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Jacques, M. G. C. (2007). Identidade. In: Strey, M. N. (Org.). *Psicologia Social Contemporânea*. 10. ed. Petrópolis: Vozes. p. 159-167.
- Lane, S. T. M. (2012). Linguagem, pensamento e representações sociais. In: Lane, S. T. M.; Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Editora brasiliense. p. 32-39.
- McCracken, G. (2007). Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 99-115.
- Miranda, M. G. (2012). O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: Lane, S. T. M.; Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Editora brasiliense. p. 125-135.
- Paiva, G. J. (2007). Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Psico*, 38(1), 8.
- Silva, T. T. (2014). A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T. T.; Hall, S.; Woodward, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 73-102.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In: W. G. Austin e S. Worchel (Orgs.). *The social psychology of intergroup relations*, Monterey, Brooks.
- Woodward, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T.; Hall, S.; Woodward, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 7-72.

Fáguida Eller Sippe

Licenciada em Pedagogia com habilitação em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Pitágoras Unopar. E-mail: faguidaes@hotmail.com

 <https://orcid.org/ 2364356040540760>

Jéssica Dias dos Santos

Licenciada em Pedagogia com habilitação em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

E-mail: jessica_ds13@hotmail.com

 <https://orcid.org/ 3294524687277893>

Suellen Cristina Alves de Araújo

Licenciada em Pedagogia com habilitação em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Dom Alberto.

E-mail: suellenaraaujo2806@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9820-1702>

Eraldo Carlos Batista

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PCRS/FCR – Faculdade Católica de Rondônia.

E-mail: eraldo.cb@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-7118-5888>

Recebido em: 13/09/2019

Aceito em: 03/07/2020